

ESCÂNDALO/DESDOBRAMENTOS

Acusados deixarão Comissão de Orçamento

Líderes do PMDB, PTB e PP na Câmara decidem pedir a renúncia dos seis deputados que tiveram a sua cassação pedida e que continuam atuando na preparação da lei orçamentária para este ano

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — Os seis deputados que integram a Comissão Mista de Orçamento do Congresso e tiveram sua cassação pedida pela CPI terão de entregar seus cargos aos respectivos partidos. Apesar de a reunião de ontem sobre o Orçamento deste ano ter sido adiada para quarta-feira, os líderes partidários já decidiram sugerir a esses deputados que renunciem. "Vamos substituir todos os que estão na lista de punição da CPI", avisou ontem o líder do PMDB na Câmara, Tarcísio Delgado (MG).

Segundo Delgado, os peemedebistas Cid Carvalho (MA), José Geraldo (MG) e Carlos Benvides (CE) irão receber, até a semana que vem, comunicados da liderança solicitando que deixem a comissão. O mesmo fará o PTB com os deputados Annibal Teixeira (MG) e Raquel Cândido (RO), e o PP com Flávio Derzi (MS).

A medida tomada pelos líderes, porém, não deve impedir o Orçamento deste ano ainda sofra influência do esquema investigado pela CPI. Os seis deputados atuaram na comissão nos últimos meses, durante a preparação da primeira versão da lei orçamentária. Ex-assessores da CPI disseram que, apesar dos cortes feitos pelo governo no projeto inicial, obras sob sus-

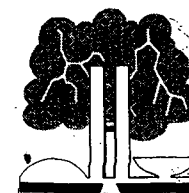
peita de superfaturamento continuam na planilha de gastos.

É o caso, por exemplo, da barragem de Pirapama (PE), em construção pelas empreiteiras Norberto Odebrecht, OAS e Queiroz Galvão. A Polícia Federal investiga essa obra desde 1992, quando foram achados os disquetes da empresa Verax, de Paulo César Farias. A barragem de Pirapama é listada pelo Esquema PC para cobrança de propinas.

O Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) incluiu novamente em seu orçamento antigos projetos de irrigação que já foram alvo de denúncias de irregularidades. E as verbas para os Centros de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente — escolas cujo padrão de preço foi contestado pelo Tribunal de Contas da União —

não aparecem discriminadas, o que dificulta o processo de fiscalização.

Outra semelhança deste Orçamento com os anteriores é que os parlamentares ainda insistem em partilhar as verbas públicas: o PPR, por exemplo, quer que cada um possa apresentar a segunda versão da lei emendas cujos valores poderão variar entre US\$ 3 milhões e US\$ 10 milhões. "Acho que as conclusões da CPI não irão valer ainda para o Orçamento de 1994", disse o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que foi sub-relator da CPI.



OBRAS SOB
SUSPEITA
AINDA TERÃO
VERBAS